



1. PARA O PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA



Importância patrimonial do Prato de “água-às-mãos” (em col. particular) proveniente da Casa Real portuguesa e que integrou um importante conjunto de prata de aparato reservado à solenização dos cerimoniais da Coroa.

Identificação do bem

Prato de “água-às-mãos”

Portugal, 1510-1520

Insc.: “M” cursivo gravado no reverso; “10” gravado no reverso

Prata repuxada, cinzelada e dourada

Dim.: Ø44,2 cm; Peso: 1875g

Descrição

Prato de “água-às-mãos” circular em prata repuxada, cinzelada e dourada com centro alteado e decoração organizada em círculos concêntricos. O centro, circundado por folhagens de cardo, apresenta um medalhão figurando um escudo de armas (cuja representação heráldica foi apagada) sobre cartela, sobrepujado por águia de asas abertas, muito provavelmente coevo mas de colocação posterior. Em redor do medalhão dispõem-se oito guerreiros a pé e um a cavalo empunhando lanças e escudos, inseridos em reservas e estas contornadas por uma faixa com motivo de troncos entrelaçados. Um sulco côncavo liso, separa este centro alteado da aba, profusamente decorada com motivos fitomórficos,

dragões, caracóis, serpentes e figuras humanas numa aparente desordem ritmada por pares de archotes cruzados e em posição alternada.

O contexto de produção

A ourivesaria quinhentista de produção nacional que se inscreve, grosso modo, no reinado de D. Manuel I (1495-1521), também designada de produção manuelina, constitui uma visão singular da produção artística portuguesa dos séculos XV e XVI, num período áureo da história do reino e da própria produção prateira. Constituída, sobretudo, por salvas, pratos de “água-às-mãos” e seus gomis em prata lavrada e dourada de grande valor artístico e notabilíssimo trabalho de cinzel, ostenta uma iconografia extraordinariamente rica que espelha uma nítida função de representação através dos episódios históricos, bíblicos e mitológicos que narra.

Proveniência

Casa Real portuguesa, alienado em data posterior a 1866; Coleção do 1.º Marquês da Foz (1849-1917), leilão de bens do Marquês da Foz, *Christie's*, Londres, 10 de Junho de 1892 (lote 46); Antiquário Jacques Kugel, Paris; Coleção de José Maria Jorge, aquisição a J. Kugel, 1980-1981; São Roque Antiguidades, Lisboa (2022).

Episódios de um historial

O historial desta peça prende-se com um relevante conjunto de obras de ourivesaria civil que concorreu para o aparato e a solenização de cerimoniais da Coroa, do qual a mesma foi parte integrante. A identificação do referido conjunto, e dos cenários em que o mesmo atuou, foram objeto de aprofundado estudo e publicação por parte do Palácio Nacional da Ajuda (cf. JARDIM; MONTEIRO, 2010; Idem, 2012). As vinte e três obras de ourivesaria civil que o compõem foram, na sua maior parte, adquiridas e integradas nos bens da Casa Real após o terramoto de 1755 para colmatar a necessidade de reposição de bens.

Este conjunto de prata dourada e lavrada, vinculado aos designados *Bens da Coroa*, foi reservado, a partir da segunda metade do século XVIII, à solenização das grandes cerimónias da Casa Real portuguesa, sendo mencionado na documentação coeva como “Prata dourada que serve aos Batizados” ou “23 Peças do Lavapez”.

A par da Baixela Germain, reconhecida como “primeira baixela da Coroa”, também este conjunto era considerado como primeira prata da Coroa e, nesta qualidade, algumas peças que o incorporam eram também convocadas para as funções extraordinárias da Aclamação e dos casamentos régios.

A identificação inequívoca destas vinte e três obras é corroborada, quer pelos testemunhos documentais que as citam e dão conta da sua função naqueles contextos de cerimonial, quer pela numeração sequencial que apresentam gravada, marca que as filia e relaciona como elementos de um mesmo conjunto.

Ao tempo da Casa Real, este conjunto integrava doze salvas de produção portuguesa do mencionado ciclo manuelino: dois ditos pratos de “água-às-mãos” (um dos quais a obra em referência) e dez salvas de pé alto. Completam o conjunto um outro prato de “água-às-mãos”, três “pratos redondos de aparador” e seis bandejas de produção alemã e italiana e, ainda, uma bacia de grandes dimensões com moedas embutidas, num arco cronológico definido entre os séculos XVI e XVIII.

Afortunadamente e com exceção da obra em apreço, todas as restantes vinte e duas obras deste relevante conjunto se encontram inventariadas nas coleções públicas nacionais: vinte no acervo do Palácio Nacional da Ajuda e duas no acervo do Palácio Nacional da Pena. Todas se encontram expostas no atual Museu do Tesouro Real (Núcleo 6 – Prata de Aparato da Coroa).

- Bandeja, Alemanha, Augsburg, 1692-1697, PNA inv. 4379
- Bandeja, Alemanha, Augsburg, 1692-1697, PNA inv. 42274
- Bandeja, Alemanha, Augsburg, 1692-1697, PNA inv. 42275
- Bandeja, Alemanha, Augsburg, 1692-1697, PNa inv. 4391
- Prato de “água-às-mãos”, Portugal, c. 1540-1550; séc. XVII (?), PNA inv. 4818
- Prato de “água-às-mãos”, Alemanha, Augsburg, 1559-1586; 1753-1756, PNA inv. 4816
- Prato, Alemanha, Augsburg, presumivelmente c. 1670-1680, PNA inv. 4409
- Prato, Alemanha, Augsburg, presumivelmente c. 1670-1680, PNA 4335
- Prato de “água-às-mãos”, Itália, Roma, séc. XVIII (1.ª met.), PNA inv. 4806
- **Prato de “água-às-mãos”, Portugal, 1510-1520, Coleção Particular**
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1500-1520; c.1720-1750, PNA inv. 4808
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1510-1530; séc. XVIII (1.ª met.), PNA inv. 4815
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1510-1530; séc. XVIII (1.ª met.), PNA inv. 4817
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1530-1550; séc. XVIII (1.ª met.), PNA inv. 4803
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1530-1550; séc. XVII-1720, PNA inv. 4813
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1530-1550; séc. XVIII (1.ª met.), PNA inv. 4807
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1530-1550; séc. XVII-1720, PNA inv. 4802
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1530-1530; c.1720-1750, PNA inv. 4801
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1520-1540; séc. XVIII (1.ª met.), PNA inv. 5158
- Salva de pé alto, Portugal, c. 1520-1540; séc. XVIII (1.ª met.), PNA inv. 5157
- Bandeja, Alemanha, Augsburg, c.1700, PNP inv. 448/1
- Bandeja, Alemanha, Augsburg, c.1700, PNP inv. 448/2
- Bacia, Transilvânia (?), Nagyszeben, séc. XVII (1.ª met.), PNA inv. 4286

Após o fatídico incêndio que devastou o Paço de Madeira ou Real Barraca a 1 de novembro de 1794 destruindo a quase totalidade do seu valioso recheio, há notícia de que várias obras deste conjunto foram transferidas para o Tesouro do Paço das Necessidades.

Na sequência das invasões napoleónicas, em novembro de 1808, toda a prata reservada às cerimónias da Coroa, bem como a Baixela Germain e demais preciosidades, embarcam com a família real rumo ao Brasil. Aí o conjunto serviu à importante e regular cerimónia do Lava-pés de Quinta Feira Santa e aos Batismos da Casa Real, como sucedeu com o da princesa D. Maria da Glória, futura rainha D. Maria II (1819-1853), em 1819. A sua

utilização prolongou-se sem interrupção até 1821, altura em que D. João VI regressou ao reino.

Na sua viagem de regresso, o monarca trouxe consigo os designados *Bens da Coroa*, nomeadamente a Baixela Germain e a prata das cerimónias solenes. Todavia, deixou no Rio de Janeiro algumas peças da Baixela e outras da prata de aparato destinadas ao serviço do príncipe regente D. Pedro (1798-1834), futuro Imperador do Brasil, entre 1822 e 1831, como D. Pedro I.

Em abril de 1821, regressaram assim a Portugal com D. João VI as quatro bandejas (numeradas de 1 a 4) e as oito salvas de pé alto manuelinas (numeradas de 1 a 8).

Permanecem no Brasil os seis pratos redondos (numerados de 5 a 10), bem como as duas grandes bandejas e a grande bacia com moedas embutidas.

Em abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono imperial brasileiro em favor do seu filho mais novo D. Pedro II e partiu para a Europa em busca de apoio internacional pelos direitos de D. Maria da Glória ao trono de Portugal. A dez de abril, embarcou com destino a Londres, levando consigo a referida prata de aparato, bem como as peças da Baixela Germain e demais bens que D. João VI lhe havia confiado.

À sua chegada a Londres, os bens permaneceram guardados no Banco Real de Inglaterra durante seis anos.

As nove peças da designada “Prata dourada que serve aos Batizados” e que aí permaneceram depositadas, seriam remetidas para Portugal em junho de 1837, em virtude de uma licitação ordenada pela rainha D. Maria II, certamente motivada pela proximidade da cerimónia de batismo do seu primeiro filho, o príncipe real D. Pedro (futuro D. Pedro V) que efetivamente viria a ocorrer em Outubro desse ano e para cuja solenização esta prata concorreu.

Foi, pois, durante o reinado da rainha D. Maria II que, após dezasseis longos anos de cisão geográfica, o conjunto das vinte e três obras de prata dourada reservado à solenização das cerimónias da Casa Real, voltou a estar reunido.

A cerimónia régia do Lava-pés havia sido já extinta dois anos antes tendo a última celebração ocorrido em março de 1834, presidida por D. Pedro, Duque de Bragança, na qualidade de regente em nome da rainha D. Maria II. Com a descontinuidade deste cerimonial e o avançar do século XIX, assistimos a uma mudança de paradigma relativamente à forma como são preservadas e fruídas estas obras de ourivesaria civil que progressivamente vão sendo consideradas como objetos de interesse artístico e histórico e de fruição museológica.

Em 1862, quando o Palácio da Ajuda se torna na nova residência oficial da Corte, sob o reinado de D. Luís I (1838-1889), é o próprio monarca quem requisita este conjunto de prata para que, numa tradicional função de aparato, ornamentassem as salas de jantar de grande gala do seu casamento com D. Maria Pia de Saboia.

Em 1863, D. Luís deu novamente ordem para que não só as designadas “23 Peças do Lavapez”, mas também outras obras de prata de reconhecido valor artístico da Casa Real, fossem dispostas com certo carácter de permanência, em salas do andar nobre do Palácio da Ajuda.

Disso é exemplo a imagem do fotógrafo Henrique Nunes, c.1880, que retrata a Sala do Corpo Diplomático, em cujos aparadores se observam diversas obras sacras e profanas, nacionais e estrangeiras e de diferentes épocas, entre as quais se identificam claramente algumas salvas do designado conjunto.

No Paço da Ajuda, esta prática terá perdurado ao longo da segunda metade do século XIX, sobretudo por ocasião de bailes e receções, até à morte do rei D. Luís em 1889, altura em que uma significativa parte do acervo de ourivesaria sacra e civil conservado na Ajuda, foi transferida pelo rei D. Carlos para o Palácio das Necessidades.

Como é também sabido, em finais da década de 60, o próprio rei D. Luís patenteou ao público, no Palácio da Ajuda, vários núcleos museológicos com as coleções da Coroa. Para além da Pinacoteca Real (no espaço que hoje conserva a designação de *Galeria de Pintura do Rei D. Luís I*) e do “Gabinete Numismático”, o monarca expôs à fruição dos seus contemporâneos no “museu de antiguidades” da Ajuda, objetos de aparato e cerimonial, entre os quais, a prata de aparato da Coroa (cf. XAVIER, 2011).

O crescente interesse artístico, histórico e museológico, suscitado por estes objectos à escala universal é atestado pela sua apresentação pública em três grandes exposições temporárias nas quais estiveram presentes algumas das designadas “23 Peças do Lavapez”: na *Exposição Universal de Paris* (1867) no Champs-de-Mars; na *Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art*, no South Kensington Museum (actual Victoria & Albert Museum), em Londres (1881) e, sobretudo, na *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, no Palácio Alvor, em Lisboa (1882), à qual D. Luís deu o seu real patrocínio.

Coleções da Coroa

A alienação do prato de “água-às-mãos” marcado com o número “10”

De entre o designado conjunto das “23 Peças do Lavapez”, o prato de “água-às-mãos”, marcado com o Número “10” foi um dos raríssimos casos de alienação das coleções da Coroa, circunstância que não deixa de causar grande estranheza. Está ainda por apurar o contexto e a verdadeira causa desta cisão, que ocorreu em data também ela incerta, mas seguramente posterior a 1866.

Com efeito, o referido prato integrou uma importante campanha empreendida pelo fotógrafo inglês Charles Thurston Thompson que se deslocou a Lisboa, em 1866, na sequência de uma campanha encomendada pelo South Kensington Museum.

Cerca de vinte anos mais tarde, a peça é identificada numa fotografia da sala de jantar do Palácio Foz em Lisboa, integrando um álbum de imagens publicado em 1891. A estranheza perante esta constatação é tanto maior quanto sabemos que o marquês da Foz era um erudito colecionador, perfeito conhecedor das coleções da Coroa e que foi ele o promotor da vinda a Lisboa do especialista francês Germain Bapst, para o estudo da coleção real de ourivesaria francesa do século XVIII, estudo esse que viria a ser publicado em 1892.

Data de 1892 o leilão de bens do marquês da Foz, realizado em Londres pela *Christie's*. Constatamos que, o lote n.º 46 do respetivo catálogo descreve uma salva em tudo idêntica à peça em questão, o que nos leva a crer que se trate efetivamente da mesma obra outrora pertencente à Casa Real:

“A circular silver-gilt dish, with raised centre, embossed with equestrian and foot soldiers in eight compartments, figures, dragons, snails, arabesque foliage and other ornament on the border, and the edge chased with a narrow band of plaited and scroll ornament – 17 ½ in. diam. – Portuguese, 16th century – 60oz. 10 dwt. (Cf. *Christie's* 10 June 1892)”

À exceção da obra em apreço, todas as restantes peças que constituíam a antiga prata do “Lavapés”, bem como as demais preciosidades da Coroa, que há data se encontravam guardadas na Casa Forte do Palácio das Necessidades, foram objeto de Arrolamento Judicial (1911-1913). Na mesma ocasião, foram arroladas no Palácio Nacional da Ajuda duas das quatro bandejas marcadas com os números “2” e “3”.

Posteriormente e, em diferentes datas, o conjunto viria a ser transferido na sua quase totalidade para o Palácio Nacional da Ajuda: a 12 de junho de 1929, as outras duas bandejas (números “1” e “4”), todos os demais pratos e salvas de pé alto e a 25 de março de 1931, a grande bacia com moedas embutidas.

As duas bandejas de grandes dimensões, viriam a ser transferidas para o Palácio Nacional da Pena em 1956.